

## FAMÍLIA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): ENTRE DIREITOS E DEFINIÇÕES

José Marques Meneses <sup>1</sup>  
Elenice Araújo da Costa <sup>2</sup>  
Eduarda Moraes Marques <sup>3</sup>  
Ana Cristina Silva Soares <sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a conceituação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus direitos, bem como a relação entre família e escola. Diante disso, foi realizada uma pesquisa de campo a partir da componente curricular Educação Especial, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Como embasamento teórico o trabalho se apoia nos seguintes autores: Fonseca (2002), Mello (2007), Winnicott (1997), Silva (2012) entre outros. Este estudo parte de duas questões desafiadoras: Será que as crianças com TEA estão realmente incluídas no ambiente escolar? Qual é a importância da família para o desenvolvimento desses indivíduos? Por isso, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso de uma criança com TEA. Para instrumento de coleta de dados utilizou-se de questionários com a psicopedagoga e familiares do participante sobre o processo de escolarização, história de vida e a relação familiar. Os resultados evidenciaram que a família aceita a condição da criança, ressalta a importância da escola para o desenvolvimento dela tanto no âmbito familiar como escolar, porém foi perceptível diante do caso que a criança participa das atividades na escola, porém de uma forma parcial, pois geralmente ele não conclui as demoradas. Assim, é notório também que a família é muito importante na vida desses seres humanos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Direitos. Família. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho é decorrente de um estudo de caso, com um aluno que possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), estudante de uma escola pública, denominada Deputado Pery Frota, localizada no distrito de Patriarca, no município de Sobral. A pesquisa foi realizada por acadêmicos do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na disciplina de Educação Especial.

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, CE, [menesesmarques61@gmail.com](mailto:menesesmarques61@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, CE, [ellenyce.araujo@gmail.com](mailto:ellenyce.araujo@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, CE, [eduarda05moraes@gmail.com](mailto:eduarda05moraes@gmail.com);

<sup>4</sup> Professora Dra Adjunto I, do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, [acsilvasoares@gmail.com](mailto:acsilvasoares@gmail.com).

A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma proposta de avaliação parcial na disciplina de Educação Especial, com o objetivo de que os discentes conhecessem um caso de deficiência e sua realidade no ambiente escolar, uma vez que integrassem os teóricos usados no decorrer do semestre com a proposta do caso estudado.

Diante disso entende-se que o TEA é uma condição em que o indivíduo irá apresentar precocemente, manifestando-se através de dificuldades na comunicação, socialização e no comportamento humano. O TEA está muito presente na sociedade atual, principalmente diante do público masculino, e também não é uma doença, mas sim um transtorno do desenvolvimento global da criança, já que consegue se desenvolver igualmente a outra dita “normal”, porém seu processo será mais lento. A criança que apresenta TEA tem muitas características que irão lhe definir, como: dificuldades na comunicação, na interação social e alguns têm sensibilização a barulhos. Para isto, este trabalho busca responder esses questionamentos: Será que as crianças com TEA estão realmente incluídas no ambiente escolar? Qual a importância da família para o desenvolvimento desses indivíduos?

A relevância dessa pesquisa está em conhecer através de uma proposição de caso, como ocorre o processo de escolarização de uma criança com autismo, bem como sua relação familiar e seus direitos. Este estudo se justifica pela atuação de futuros pedagogos em sala de aula, pois sabemos que nesse espaço encontramos uma vasta diversidade de alunos com várias especificidades, então muitas vezes o educador não sabe como lidar com essas peculiaridades, uma vez que não tem uma preparação, desencadeando assim o processo de integração, onde o aluno é que deve se adaptar as condições da escola.

## **METODOLOGIA**

### **Tipo de Estudo**

Esta pesquisa trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso.

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

Diante disso, o estudo de caso segundo Fonseca (2002) apud Silveira, Denise Tolfo et al (2009) vem ser caracterizado como:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Via conhecer e, profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o projeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p.33).

Entende-se que o estudo de caso faz com que compreendamos sobre a realidade de algum ser investigado, bem como conhecer o porquê de determinada situação que está ocorrendo, também no estudo de caso temos uma maior aproximação entre o pesquisador/pesquisado, e esse processo favorece bastante o desenvolvimento da pesquisa.

### **Cenário, período de estudo e participante**

O cenário do estudo foi em uma escola pública Deputado Pery Frota<sup>5</sup>, da rede municipal, localizado em um município do interior do Estado do Ceará. A escola possui em sua infraestrutura: 1 sala de direção, 1 sala para professores, 1 sala de coordenação, 1 almoxarifado, 1 biblioteca, 1 depósito, 1 cozinha, 5 banheiros, 6 salas de ensino, 1 sala de informática, 1 sala de recursos multifuncionais. O período de estudo foi durante o mês de junho de 2019.

O participante de estudo é um aluno com TEA, que reside na localidade de Patriarca, distrito da cidade de Sobral - CE, estudante de escola pública. O referido possui 10 anos de idade e com diagnóstico. Para fins de pesquisa, foi aplicado um questionário com a psicopedagoga e familiares do pesquisado.

### **Instrumentos de coleta de dados**

O questionário contemplava os seguintes tópicos: Informações coletadas sobre o aluno; Informações coletadas sobre a escola; Informações coletadas sobre a família. Onde apresentava questionamentos sobre os dados pessoais da criança, bem como seu nascimento, seu processo de escolarização, se ele está realmente incluso no ambiente escolar e toda sua trajetória familiar com ênfase na aceitação.

---

<sup>5</sup> Nome fictício

Posteriormente, um dos integrantes foi na escola e realizou a aplicação do questionário. Onde colheu informações a respeito do aluno no ambiente escolar com a psicopedagoga e cuidador. Em outro momento houve também uma conversa com a mãe, esta que permitiu a coleta de informações sobre a relação familiar.

Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Entende-se então que o questionário é um instrumento muito relevante para obtenção de respostas em uma investigação na pesquisa, através dele o pesquisador consegue entender as opiniões, pensamentos, expectativas dos seres pesquisados. Também o mesmo faz com que se tenha um contato direto com a pessoas que estão sendo investigadas, afim de entender sua realidade.

Portanto, o presente estudo de caso foi realizado de uma forma clara e descritiva, com o objetivo de um maior aprofundamento relacionado ao ambiente escolar e familiar de uma criança que possui autismo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Discute-se acerca da importância da família para uma criança que apresenta algum tipo de deficiência na sociedade atual, muitos autores abordam que o fato de se ter uma criança com autismo na família pode gerar alguns efeitos sobre ela. O primeiro que podemos mencionar é que o estilo de vida, ou seja, os padrões mudam, pois como o filho precisa ter cuidados redobrados geralmente o pai ou mãe saem do serviço para acompanhar de perto a criança, e conseqüentemente a renda mensal irá diminuir, visto também que terão mais gastos, pois o filho precisa de um acompanhamento mais minucioso com médicos especializados, sessões de fonoaudióloga, psicoterapia entre outros.

A sobrecarga financeira será um importante fator de impacto na família, uma vez que as mães e pais das crianças com TEA têm que fazer um investimento na área da saúde (e por vezes da educação), dedicar mais tempo e atenção após seus filhos, reduzindo o número de horas de trabalho, ou mesmo deixando de trabalhar, no caso do cuidador principal. (MULLER, 2014, p.31).

Outro caso bem frequente é que os pais começam a se privarem de sair para alguns lugares, pois muitas pessoas não entendem o comportamento do sujeito com autismo e acham que os pais não sabem educar, quando na verdade não é, pois a criança com autismo é

bastante agitada e se irrita facilmente. E na tentativa de evitar passar por esse tipo de preconceito e por querer proteger o filho muitos pais acabam ficando restritos apenas em casa.

Há casos também em que a presença do filho com autismo, acarreta a separação dos pais, geralmente o pai vai embora de casa por não aceitar e não conseguir lidar com a situação e até mesmo por ser bastante cansativa a rotina, o que acaba sobrando para a mãe toda a responsabilidade da criação do filho que precisa de cuidados especiais. De acordo com Siegel (2008, p.20) “cerca da metade dos pais, com crianças autistas, acabam por se separar. Há um elevado número de divórcios nas famílias com filhos autistas, uma vez que as relações do casal passam por duras provas”

Podemos concluir que o autismo não afeta apenas o indivíduo, mas também todos os demais membros que convivem ao seu lado. De acordo com Favero-Nunes-Nunes e Santos (2010, p.212) “um acontecimento que afeta qualquer um dos membros da família tem impacto sobre todos os outros, pelo que a presença de uma criança com deficiência altera a natureza e a dinâmica familiar das interações familiares.”

Historicamente, TEA foi identificado como autismo, e vem sendo uma das especificidades mais estudadas na sociedade; em seu conceito etimológico essa palavra vem do grego autós, que tem como significado “de si mesmo”. Muitos autores vêm fazendo estudos a respeito do autismo e TEA como: Mello (2007); Winnicott (1997); Silva (2012); Brasil (2012) e outros.

Entende-se que o Transtorno do Espectro Autista é: “[...] definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental” (SCHMIDT, 2013, p. 13).

De acordo com o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria – DSM-V classifica o TEA dentro da categoria dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, e o define como: “déficits persistentes na comunicação social e na interação social e múltiplos contexto. Conforme pelo que segue atualmente ou por história prévia”. (DSM, 2014, p. 50). No entanto, o TEA não é um transtorno degenerativo, sendo comum que a aprendizagem e as compensações individuais continuem ao longo da vida. Os sintomas são frequentemente mais acentuados na primeira infância e nos primeiros anos da vida escolar. Caso ocorra intervenção terapêutica ou compensação pessoal, as dificuldades podem ser amenizadas em alguns contextos, mas permanecem suficientes para causar prejuízos em áreas importantes na vida do indivíduo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, apud SAVALL; DIAS, 2018).



Embora a definição de TEA seja recente já havia uma compreensão pelo conceito do autismo. Segundo Mello (2007) o autismo é considerado como um distúrbio ou uma síndrome que pode ser notada no indivíduo desde idades bem precoces e que se manifesta através de algumas características ou desvios que são notados a partir da comunicação, interação social e na imaginação.

Para Winnicott (1997) o autismo não pode ser considerado uma doença, mas sim um distúrbio no desenvolvimento humano, pois a criança que apresenta essa deficiência conseguirá se desenvolver, porém de uma forma mais lenta, devido a muitos apresentarem alterações na comunicação, interação social e comportamentos estereotipados.

Percebe-se que esses autores têm ideias semelhantes a respeito do autismo, pois trazem a mesma ideia de que essa condição possa se manifestar em diversas realidades e que o mesmo tem muitas características que irão lhe definir como: dificuldades na comunicação, na interação social e no comportamento humano. Sabemos que a criança autista irá ter muita dificuldade de se socializar com as outras crianças devido a sensibilidade, pois muitos não suportam barulhos e querem ficar sozinhos. Também alguns irão apresentar problemas no desenvolvimento da linguagem e se comunicam muitas vezes através de ações que são violentas. Como por exemplo: gritar, empurrar, jogar objetos e outros.

De acordo com Silva (2012, p.109) as crianças que apresentam autismo e que tem maiores dificuldades de se socializar com os outros indivíduos, implicação em sua linguagem, são agressivos e que apresentam comportamentos repetitivos, deve se ter a necessidade de um acompanhamento individualizado, pois muitas vezes podem apresentar atrasos mentais e não conseguir acompanhar pedagogicamente as outras crianças, ou seja, necessitam de um atendimento educacional especializado.

Atualmente, a criança autista ainda sofre um grande preconceito, pois muitos não buscam conhecer e entender realmente o que é esse transtorno, como é o caso de muitas famílias que às vezes idealizam um filho dito “normal”, e ao nascer, a criança apresenta alguma deficiência, como por exemplo, o Autismo que é tão presente na sociedade em que vivemos.

Para muitos, é considerado como algo de outro mundo, pois infelizmente até os próprios pais não entendem o que significa e não sabem como lidar com essa situação. Existem casos, em que muitos preferem fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo, o que acarreta prejuízos para a própria criança e também para aquelas pessoas que convivem com ela.

## Compreendendo os direitos da criança com TEA

Atualmente as crianças que apresentam deficiência, que no caso é o TEA, têm alguns direitos pautados segundo as leis vigentes. Uma das leis que beneficiam a criança com autismo é a 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Segundo essa lei a criança que pode ser considerada com transtorno do espectro Autista (TEA) está sendo ressaltada nos seguintes incisos I e II, do § 1º, do Art. 1º, definem que é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na seguinte forma. Assim, dispõe a legislação:

- a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, p. 01)

A Lei nº 12. 764, de 27 de dezembro de 2012, no artigo nº 2, vão tratar sobre a proteção dos direitos da pessoa com autismo, onde estabelece sete diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012):

- a) a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; b) a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; c) a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; d) o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no [8.069](#), de 13 de julho de 1990 ([Estatuto da Criança e do Adolescente](#)); e) a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; f) o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; g) o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Antigamente muitas crianças que tinham deficiência não poderiam estar em espaços escolares, pois muitos tinham ideia de que esses indivíduos não conseguiriam se desenvolver, porém diante dessa situação se percebeu que esse público também consegue aprender e tem o direito de estar no espaço escolar se socializando com as outras crianças, como pode ser visto diante das leis.

A criança com TEA deve estar dentro da sala de aula regular, porém a mesma necessita de um atendimento individualizado com um acompanhante especializado; nesse sentido pode-se ressaltar a Lei já citada e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 2015, saber:

Artigo nº 3, Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012).

Artigo nº 39º, § 2º “Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais” (BRASIL, 2015).

Evidencia-se então que a criança com TEA deve estar incluída dentro da sala de aula junto com os outros indivíduos, porém para que o mesmo tenha um melhor desenvolvimento necessita de um acompanhante que seja especializado para lidar com a deficiência, ou seja, cuidadores sociais.

De acordo com a Constituição Federal (1988), no seu artigo 208 inciso III, “o Estado tem o dever de garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Esse atendimento deve estar integrado à rede regular de ensino, para que os alunos atendidos tenham convivência com alunos da mesma idade no ensino escolar, mas também tenha suas especificidades trabalhadas por profissionais qualificados que busquem estratégias para suprir suas necessidades de desenvolvimento da aprendizagem.

O AEE nas escolas deve atender as mais diversas especificidades, através do uso de materiais pedagógicos e profissionais qualificados que possam trabalhar com as particularidades de cada aluno, assim como também orientar professores, gestores, demais alunos e funcionários da escola, incluindo também a família, de como estes podem ajudar num melhor desenvolvimento desses alunos.

Portanto, percebe-se que essas leis são muito importantes, porém vemos que ainda existe muitas pessoas com ideias equivocadas a respeito da criança que apresenta o Transtorno do espectro autista (TEA), pensam que os mesmos não tem capacidades de aprendizagem e de se desenvolver dentro do ambiente escolar.

Essas ideias são totalmente erradas, pois essa criança ela tem sim capacidade de se desenvolver, só que de uma forma mais lenta, onde irá ser um processo entre o cuidador, criança e família. Muitos irão conseguir alcançar suas competências e habilidades cognitivas e sociais, independentemente do grau de autismo em que a criança apresenta. Neste sentido a



preparação do professor e do cuidador para lidar com essa necessidade é de grande relevância.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho trata-se de um estudo de caso: Antônio Gabriel<sup>6</sup> tem 10 anos de idade, possui uma irmã, chamada Jamile. O mesmo atualmente está cursando o 4º ano do Ensino Fundamental, em uma escola da rede pública Municipal, denominada Deputado Pery Frota, localizada no distrito de Patriarca. Gabriel é diagnosticado com transtorno do espectro autista (TEA), e faz acompanhamento na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que está localizada na cidade de Sobral. O atendimento acontece semanalmente, todas as terças-feiras. Durante as suas consultas, ele tem o acompanhamento com terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e psicólogo, onde são trabalhados a fala, coordenação motora, movimentos corporais e atividades psicológicas. Também bimestralmente é acompanhado pelo Centro de Apoio Psicossocial (CAPS).

Sua mãe relata que teve uma gestação ótima, sem nenhum problema de saúde, pois tinha todo o acompanhamento dos profissionais do CSF da comunidade e realizava todos os pré-natais regularmente. Gabriel nasceu de parto normal, em um hospital da região e logo quando saiu do útero da mãe o médico afirmou que ele poderia ter algum tipo de deficiência. A família do mesmo reside em um imóvel alugado, simples e todos tem um bom convívio familiar.

É possível observar que sua família é bem unida e aceitam a deficiência de Gabriel, porém nota-se que o mesmo tem algumas privações como: Alimentação, pois não gosta muito de se alimentar com comidas saudáveis; Lazer, pois passa muito tempo dentro de casa só assistindo e só sai para a escola e as vezes gosta de passear de moto com seu pai ou avô. Mas todos que estão ao seu redor lhe tratam com muito carinho. Também foi analisado que a mãe tem um poder de superproteção muito exacerbado, o que acaba dificultando o processo de autonomia de Gabriel.

Diante disso, a família é muito importante na vida de uma criança com deficiência. Segundo Nader (2006; p.3), a família é “uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos

---

<sup>6</sup> Nome fictício

planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum”.

Destarte disso, pudemos perceber que quando a família desenvolve sua aceitação com relação a deficiência do filho, muitas barreiras são quebradas, favorecendo assim a participação desse ser perante a sociedade, então muitos conseguirão desenvolver sua própria autonomia.

Segundo a mãe de Gabriel, afirma que seu filho sempre estudou na mesma escola desde a Educação Infantil, por isso já é conhecido por todos no ambiente escolar. Fala que a instituição é muito importante para o desenvolvimento físico, psicológico, motor e para seu processo de socialização, pois é sempre bem cuidado pelo cuidador, psicopedagogo e professores.

A escola dispõe de uma sala de recursos multifuncionais, onde Gabriel passa maior parte de seu tempo, pois a professora do 4º ano disse que não se sente preparada para o atendimento do mesmo dentro da sala regular, diz que ele não consegue ficar sentado prestando atenção na aula. Com isso ele vai pra sala de AEE, onde recebe atendimento individualizado, tem acesso à internet, jogos lúdicos e atividades pedagógicas. Tem-se a necessidade de atividades diferenciadas de acordo com suas especificidades, pois ele realiza com mais facilidade as atividades de colagem, participa das atividades lúdicas, porém suas atividades devem ser em pouco tempo por conta de que Gabriel não consegue manter a concentração em tarefas muito longas e geralmente quando inicia as atividades não consegue concluir. Então, deve ter um planejamento direcionado que leve em conta as potencialidades do aluno e seu limite.

Diante da aplicação do questionário foi perceptível que Gabriel participa das atividades, porém de uma forma parcial, pois geralmente ele inicia as atividades, mas não conclui, principalmente quando é demorada. Foi notório também o processo de integração, pois ele já tem dez anos de idade e ainda realiza atividades de colagem, pois mesmo diante das dificuldades a psicopedagoga e professora devem trabalhar atividades voltadas para sua modalidade de ensino e avaliar o mesmo conforme suas potencialidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, é possível perceber que muitas vezes a presença de uma criança que apresenta alguma especificidade na família, desencadeia diversas situações na qual está precisa se reconstruir novamente, visto que os pais muitas vezes precisam se privar de

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

determinados lugares não por causa do filho, mas sim das outras pessoas que infelizmente ainda são muito preconceituosas e não conseguem compreender determinados comportamentos das crianças que possuem TEA, por exemplo.

Diante desse caso pudemos perceber que atualmente muitas crianças com deficiência estão dentro do ambiente escolar, pois é garantido segundo a lei, porém muitas escolas ainda não incluem esses indivíduos de uma forma integral apenas integram essas crianças, ou seja, eles é que devem se adaptar as condições presentes na instituição.

Também pudemos ver que um dos grandes problemas com relação a essa inclusão está no fato de que muitos professores não têm uma formação continuada, não buscam entender sobre as especificidades desse público e acabam que colocando os mesmos apenas na sala de atendimento educacional especializado. Muitas instituições possuem uma sala de recurso multifuncional, porém não se tem um atendimento adequado para com os alunos de acordo com as especificidades que os mesmos apresentam.

Portanto, a família desempenha um papel muito importante no desenvolvimento da aprendizagem desses indivíduos com deficiência, pois quando se tem uma aceitação muitas barreiras atitudinais são quebradas, e isso é fundamental no desenvolvimento dos mesmos, uma vez que quanto mais rápido for diagnosticado e dado início ao acompanhamento com profissionais especializados, mais chances de desenvolvimento de habilidades e competências esse indivíduo conseguira adquirir.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em: 21 de Junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

FAVERO-NUNES, M.A; SANTOS, M. A. dos. **Itinerário terapêutico percorrido por mães de crianças com transtornos autismo**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. Vol. 23, n. 2, p.208-221, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

MELLO, Ana Maria S. Ros de, **Autismo**, guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.

MULLER, C.P.P.R. **Perturbações do espectro do autismo na criança: percepção materna do stress parental e do impacto do problema na família**. 2014.93 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) - Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15412/1/ulfpic046656\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15412/1/ulfpic046656_tm.pdf)>. Acesso em 20 de junho de 2019.

MANUAL DIAGNÓSTICO ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Vol.5 – **Direito de Família**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

SAVALL, Ana Carolina Rodrigues; DIAS, Marcelo. **Transtorno do espectro autista: do conceito ao processo terapêutico** [livro eletrônico]. São José-SC: FCEE, 2018.

SCHMIDT, Carlo. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SIEGEL, B. **O Mundo da Criança com Autismo: compreender e tratar perturbações do espectro do autismo**. 2ª ed. Porto Editora, 2008.

SILVA, Leila Maria Abdallah, **O processo de inclusão escolar: Estudo de caso de uma aluna autista**. Bagé, RS, Brasil, 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo, CÓRDOVA, Fernanda Peixoto, **A pesquisa científica**, unidade 02. Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

WINNICOTT, D. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.